



**Carlos Alberto
irá processar
acusadores
"levianos"**

Página 2

**Projeto de Lei
homenageia
servidor da
extinta Sucam**

Página 4



DIREITO DE GREVE

**Pressão volta a
adiar votação de
proposta "absurda
e arbitraria"**

Página 3

Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO VI - Nº 71
Cuiabá - Novembro de 2013

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepm.org.br



Fotos: Mário Hashimoto



FALA A MAIORIA ABSOLUTA!

Plenária ratifica eleição e posse da nova diretoria

Presença maciça de filiados deliberaram abertura de processo contra os servidores que acusaram levemente o presidente do Sindsep-MT

Com a presença de mais de 200 filiados, foi realizado na segunda-feira, dia 4/11, a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (Sindsep-MT), para discutir dentre outras coisas, analisar acusações proferidas pelos servidores Paulo César Camargo Ramos, Octávio Augusto Régis de Oliveira e Benisvaldo Teixeira Lopes, contra o presidente do sindicato, Carlos Alberto de Almeida.

Almeida foi acusado pelos três servidores durante o processo da eleição da nova diretoria para o triênio 2013/2016, na qual foi reeleito, de desvio de recursos financeiros, fraudes na execução de suas obrigações, enriquecimento ilícito, doações ilegais e dilapidação do patrimônio do Sindsep-MT. Embora convocados para a reunião, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa, os acusadores não compareceram à Assembleia.

A Plenária deliberou por ampla maioria (apenas 2 votos contrários) abertura de processo disciplinar e a suspen-



João Batista dos Anjos, assessor jurídico do Sindsep-MT: decisão judicial proferida é equivocada

são dos direitos políticos sindicais contra os acusadores, caso não comprovem as denúncias contra o presidente do Sindsep-MT, o que caracteriza violação aos incisos I, II, III e IV, do Art. 13 do Estatuto da entidade. Para tanto, foi eleita com a relatora do processo, também por unanimidade, a servidora da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso (SRT-MT), Ivete Vicentina de Amorim, que terá prazo de 30 dias

para sua conclusão.

Outro ponto da pauta, aprovada pela grande maioria (apenas dois contrários), foi a ratificação de todos os atos praticados pela Comissão Eleitoral, inclusive a eleição e a posse da nova diretoria, uma vez que, segundo o assessor jurídico da instituição, João Batista dos Anjos, a decisão judicial proferida pelo juiz é equivocada, já que o Edital de Eleições exigia que todos os candidatos apre-

sentassem no ato da inscrição de chapas, documentos como cópias do RG, CPF e comprovante de endereço, o que não ocorreu com a chapa "Sindsep Sim, Partido Não", sendo vetada a sua participação.

Finalizando a Assembleia, foram apresentadas as contas da entidade em detalhes durante o período de julho de 2012 a outubro de 2013, aprovada pela maioria, assim como uma Moção de Repúdio contra os servidores Paulo César Camargo Ramos, Octávio Augusto Régis de Oliveira e Benisvaldo Teixeira Lopes, por agirem de má fé com o objetivo de tumultuar o processo eleitoral do sindicato, legalmente convocado pela Diretoria Executiva, que respeitou os princípios democráticos e da legalidade.

Para dar mais legitimidade aos assuntos deliberados na Assembleia Geral, compareceram, além de mais de 200 pessoas, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, o diretor da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) que comandou a Mesa, Rogério Antonio Expedito e o diretor da CUT-MT, Jocelino de Amorim.

Carlos Alberto irá processar acusadores "levianos"



Carlos Alberto de Almeida: "Acusações levianas afetaram a mim e a minha família"

Para o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, as acusações dos servidores Paulo César Camargo Ramos, Octávio Augusto Régis de Oliveira e Benisvaldo Teixeira Lopes, contra a sua pessoa passaram dos limites, pois além de levianas, eles partiram para o lado pessoal ao acusarem de 11 crimes, entre eles, o de assalto à mão armada e tráfico de drogas.

"Eu fiquei muito ressentido com essas atitudes e mais ainda, a minha família, pois minha imagem foi denegrida, sem que nada devesse. Acabei de tirar a certidão negativa no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e lá consta que sou ficha limpa", disse Almeida.

A respeito dessas pesadas acusações, Carlos Almeida disse que era de um homem seu e que nem tiveram o trabalho de consultar, além do seu nome, o RG e o CPF, pois assim não achariam ne-

nhum processo no Tribunal de Justiça. "Parece-me que foi algo proposital, só para tumultuar o processo eletivo, mas isso acabou afetando injustamente eu e a minha família. Agora só me resta processá-los por danos morais", finalizou o presidente.

Sobre outras acusações (desvio de recursos financeiros, fraudes na execução das suas obrigações, doações ilegais e dilapidação do patrimônio), o presidente foi categórico ao afirmar que quando assumiu o primeiro mandato da direção do Sindsep-MT, a entidade tinha um débito de mais de R\$ 800 mil e que foram necessários dois anos para colocar a casa em ordem. "Hoje, a nossa realidade é outra. As contas estão em dias e o Sindicato possui realmente um patrimônio e uma estrutura física invejável. É isso que eles chamam de roubo e dilapidação do patrimônio?", desabafou Carlos Alberto.

Dilma envia ao Congresso projeto de cotas raciais em concursos públicos

A presidenta Dilma Rousseff enviou ao Congresso projeto de lei, em caráter de urgência constitucional, que destina 20% das vagas em concursos públicos federais para negros. Ela disse que o projeto é um convite para que os Poderes Legislativo e Judiciário além de os estados e municípios também façam normas nesse sentido. "A sociedade brasileira tem que arcar com as consequências do longo período escravocrata", disse a presidenta.

Segundo Dilma, o regime de urgência do projeto garante que o debate sobre o tema seja amplo e intenso, mas, também, célere. "Nós queremos, com essa medida, iniciar a mudança na composição racial dos servidores da administração pública federal, tornando-a representativa da composição da população brasileira". A urgência constitucional estabelece prazo de 45 dias para votação do projeto na Câmara e o mesmo período para o Senado, caso contrário tranca a pauta da Casa e proíbe a votação de outra matéria.

A medida foi assinada durante a abertura da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Na ocasião, a presidenta anunciou que comunidades quilombolas terão prioridade no recebimento de profissionais do Programa Mais Médicos. "Nós estamos colocando comunidades quilombolas, junto com os distritos indígenas como locais privilegiados e prioritários para receberem médicos do Mais Médicos", anunciou a presidenta.

Demonstração de resultados		CNPJ: 33.710.088/0001-94	
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso		Período: 30/09/2013	
Receita Bruta de vendas e/ou serviços		ENERGIA ELÉTRICA	755,45
RECEITAS		ÁGUA E ESGOTO	19,80
MIN PLANEJAMENTO	337,89	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	646,70
EXERCITO	5.343,36	LANCHES E REFEIÇÕES	510,75
MIN EDUCACAO (MEC)	23,10	DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	576,33
MIN AGRICULTURA	3.655,75	MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	2.550,00
MIN FAZENDA	2.499,68	CORREIOS E POSTAGENS	2.787,75
MIN JUSTIÇA	55,28	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	70,00
POLICIA FEDERAL	35,68	VIAGENS E ESTADIAS	5.746,57
MIN AERONAUTICA	73,65	MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	800,00
MPAS/SAS	212,04	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	7.000,00
MIN SAUDE	18.825,82	CUSTAS PROCESSUAIS	849,56
MINISTERIO DO TRABALHO	2.072,19	KENTEL PLUS ALARME	195,00
U F M T	426,11	CONDSEF	1.730,00
FUNAI 7.	661,63	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	200,00
M M E	128,19	MENSALIDADE COPIADORA	300,00
D N P M	1.036,60	COPIAS EXCESSO	282,00
FUNASA	10.424,95	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	95,60
A N V S	58,20	JORNAL O COMPROMISSO	1.680,00
D N I T	1.384,47	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.600,00
A G U	527,11	AJUDA DE CUSTO	224,32
IBAMA	904,54	CUT NACIONAL	3.214,80
MIN COMUNICAÇÕES	934,11	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	1.295,95
INCRA	12.880,82	DESPESAS MANUTENÇÃO	60,00
MIN TRANSPORTES	7.170,36	DESPESAS ORGÃO	580,00
I N S S	1.017,80	MANUTENÇÃO EM GERAL	750,00
MIN MARINHA	319,62	CONGRESSO CONDSEF	9.792,85
CONAB	1.939,26	ELEIÇÃO SINDICATO TRIENIO 2013-2016	15.295,19 62.152,67
D P R F	150,79	DESPESAS FINANCEIRAS	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	419,87	TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	63,00
SERPRO	14,48	TARIFAS BANCARIAS	170,00
CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO	182,02 80.715,37	SAQUE CONTRA RECIBO	60,20 293,20
(=) Receita Líquida	80.715,37	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
(=) Superávit Bruto	80.715,37	IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	56,54 56,54
(-) Despesas Operacionais		(=) Déficit Operacional	-10.228,02
DESPESAS TRABALHISTAS		(+) Receitas Nao Operacionais	
SALÁRIOS	6.566,09	RECEITAS FINANCEIRAS	
FGTS	677,25	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANC.	190,65 190,65
INSS	3.055,07	(=) DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-10.037,37
VALE TRANSPORTE	649,00		
ASSISTÊNCIA MÉDICA	753,69	MARIA DE JESUS DA SILVA	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	2.100,00	CONTADORA	
PARCELAMENTO INSS	878,22	C.R.C.: MT00953604 / C.P.F.: 766.765.601-00	
ESTAGIARIO SETOR JURIDICO	1.179,80	CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	8.160,31	PRESIDENTE	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.522,00	R.G. : 474000 / C.P.F.: 349.054.641-53	
GRATIFICAÇÃO COMISSONADA	1.600,00		
ANUENIO	299,55 28.440,98		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	2.544,05		

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT

Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com

Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT

E-mail: mhashi104@yahoo.com.br

Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL Motta - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. SUPLENTE DE DIREÇÃO: DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. CONSELHO FISCAL TUTELAR: JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

DIREITO DE GREVE

Pressão volta a adiar votação de proposta “absurda e arbitraria”

Pressão de entidades sindicais volta a adiar votação de anteprojeto que quer impedir direito de greve dos servidores

A Condsef integrou um grupo de representantes de dezenas de entidades sindicais, entre elas a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que esteve na quarta-feira, 6/11, na Comissão Mista de Consolidação de Leis de Dispositivos Constitucionais do Senado para cobrar a derrubada de um anteprojeto que impede o direito de greve dos servidores públicos. A votação do relatório do senador Romero Jucá foi transferida para o próximo dia 20/11 quando as entidades devem voltar ao Congresso Nacional para continuar a pressão em busca da derrubada definitiva desta proposta. As entidades aguardam a confirmação de uma reunião com Jucá, solicitada formalmente para garantir um diálogo que integre representantes dos trabalhadores públicos. As entidades também querem uma reunião com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, já que o próprio Executivo integrou um grupo de trabalho (GT) que debateu negociação coletiva e direito de greve. O GT gerou uma minuta de pro-



posta que incorpora pontos consensuais de representantes dos servidores das três esferas e do governo.

A proposta debatida intensamente chegou a ser apresentada aos Ministérios do Planejamento, do Trabalho e Secretaria-Geral da Presidência. Para buscar a interferência do Executivo, parte inte-

grante do processo de negociações que discute o direito de greve dos servidores, as entidades também querem uma audiência com o ministro Gilberto Carvalho da Secretaria-Geral da Presidência. Todas essas ações serão somadas ao trabalho de força tarefa que deve ser intensificado entre os parlamentares. O

objetivo é dialogar com todos os integrantes da comissão mista que analisa o relatório de Jucá no Senado. Na avaliação das entidades representativas dos servidores, o relatório de Jucá reúne um apanhado do que há de pior entre os 23 projetos na Câmara dos Deputados e 4 no Senado que tramitam sobre o tema.

Para seguir buscando a derrubada de uma proposta tão nociva aos servidores e que fere um direito constitucional da categoria, a pressão continua sendo fundamental. As entidades representativas dos servidores estão atentas às movimentações no Congresso e vão denunciar junto aos trabalhadores a posição de deputados e senadores que votarem a favor desta proposta absurda e arbitraria. O direito de greve dos servidores é legítimo e precisa ser garantido em toda sua essência. Para isso, as entidades não medirão esforços na luta em defesa de mais esta importante bandeira de luta para servidores públicos de todas as esferas. (Condsef)

Demonstração de resultados		CNPJ: 33.710.088/0001-94	
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso		Período: 31/10/2013	
Receita Bruta de vendas e/ou serviços		MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	556,20
RECEITAS		LANCHES E REFEIÇÕES	859,73
MIN PLANEJAMENTO	336,29	DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	1.105,04
EXERCITO	4.962,93	MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	1.424,66
MIN EDUCACAO (MEC)	23,10	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	3,00
MIN AGRICULTURA	3.449,01	CORREIOS E POSTAGENS	1.255,35
MIN FAZENDA	2.330,43	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	118,95
MIN JUSTIÇA	55,28	VIAGENS E ESTADIAS	11.755,51
POLICIA FEDERAL	35,68	MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	800,00
MIN AERONAUTICA	73,65	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	7.000,00
MPAS/SAS	212,04	SERVICOS LIMPEZA	782,52
MIN SAUDE	18.798,85	JORNAIS E REVISTAS	300,00
MINISTERIO DO TRABALHO	2.074,46	CUSTAS PROCESSUAIS	38,05
U F M T	479,17	KENTEL PLUS ALARME	195,00
FUNAI	7.784,02	CONDSEF	1.730,00
M M E	128,19	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	169,00
D N P M	1.029,56	MENSALIDADE COPIADORA	300,00
FUNASA	10.260,09	COPIAS EXCESSO	570,00
A N V S	58,20	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	95,60
D N I T	1.710,85	JORNAL O COMPROMISSO	1.580,00
A G U	527,11	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.600,00
IBAMA	904,54	AJUDA DE CUSTO	1.089,93
MIN COMUNICAÇÕES	959,14	CUT NACIONAL	3.214,80
INCRA	13.315,67	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	1.295,95
MIN TRANSPORTES	6.935,40	DESPESAS MANUTENÇÃO	15,00
I N S S	1.017,80	REUNIAO DE DIRETORIA	2.013,34
MIN MARINHA	319,62	SINDICATO SANTA CATARINA	2.000,00
CONAB	1.940,58	CONGRESSO CONDSEF	21.870,75
D P R F	150,79	SKY VENDAS PARCEIROS	411,40
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	680,72	MANUTENÇÃO REDE TELEFONICA	184,20
SERPRO	31,89	ELEIÇÃO SINDICATO TRIENIO 2013-2016	6.664,68
CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO	185,29	SINDSEP DF	3.000,00
	80.770,35		76.778,20
(=) Receita Líquida	80.770,35	DESPESAS FINANCEIRAS	
(=) Superávit Bruto	80.770,35	TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	63,00
(-) Despesas Operacionais		TARIFAS BANCARIAS	160,00
DESPESAS TRABALHISTAS		SAQUE CONTRA RECIBO	145,80
SALÁRIOS	6.070,49	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
FÉRIAS + 1/3	1.008,59	IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	86,22
FGTS	690,46		86,22
INSS	3.121,43	(=) Déficit Operacional	-25.499,81
VALE TRANSPORTE	649,00	(+) Receitas Nao Operacionais	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	753,46	RECEITAS FINANCEIRAS	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	2.100,00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANC.	10,09
PARCELAMENTO INSS	881,84		10,09
ESTAGIARIO SETOR JURIDICO	1.179,80	(=) DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-25.489,72
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	8.160,32		
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.522,00		
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.600,00		
ANUENIO	299,55		
	29.036,94		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	2.335,39		
ENERGIA ELÉTRICA	424,35		
ÁGUA E ESGOTO	19,80		

PEC do Trabalho Escravo: Comissão Pastoral da Terra repudia “manobra ruralista”

Manobra da bancada ruralista articula regulamentação mais leve para a PEC do Trabalho Escravo. Ruralistas propõem nova definição para situação semelhante à escravidão e ignoram legislação vigente.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) em nota pública divulgada repudiou a manobra da bancada ruralista que articula regulamentação mais leve para a PEC do Trabalho Escravo. Os ruralistas propõem nova definição para situação semelhante à escravidão e ignora legislação vigente.

O Projeto de Lei do Senado (PLS 432/2013) que regulamentaria a PEC do Trabalho Escravo (PEC 438) redefine o conceito previsto no Código Penal. Segundo a CPT e movimentos sociais, a proposta da bancada ruralista representa um retrocesso, pois retiraria condições degradantes e violações à dignidade humana como qualificantes de trabalho escravo.

Aprovada em maio de 2012 na Câmara dos Deputados, a PEC do Trabalho Escravo, prevê a desapropriação de propriedades rurais e urbanas que exploram trabalhadores em situação semelhante à escravidão. Além disso, prevê o destino dessas áreas à reforma agrária e a programas de habitação popular.

A legislação brasileira em vigor desde 2003 considera quatro elementos que podem configurar trabalho em condições semelhantes à escravidão: trabalhos forçados, jornada exaustiva, condições degradantes e servidão por dívida.

MARIA DE JESUS DA SILVA
CONTADORA
C.R.C.: MT00953604 / C.P.F.: 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA
PRESIDENTE
R.G. : 474000 / C.P.F.: 349.054.641-53

